

## Entrevista com Demi Getschko

Por Lucia Santaella<sup>1</sup>

Antes de tudo, aqui vêm os agradecimentos da Revista TECCOGS por você ter gentilmente aceitado responder a esta entrevista, aliás, esta é a revista do PEPG de Tecnologias da Inteligência e Design Digital, que tem a honra de contar com sua presença no corpo docente. Demi Getschko é também diretor presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br).

*Lucia Santaella (L.S.): Tenho seguido suas colunas no Estado de S. Paulo e tenho apreço por elas principalmente em função da polilateralidade com que você trata os desafios atuais da internet, em especial no que concerne aos dois temas que pretendo tratar nesta entrevista: a segurança e a privacidade, pois, tanto quanto posso ver, são esses temas que tocam mais de perto as consequências que o dilúvio de fake news e sua extensão nas deepfakes podem trazer à sociedade. Você concorda com esses dois temas ou encontra algum outro que seja de igual ou maior importância?*

**Demi Getschko (D.G.):** Meu foco nas colunas é tecnologia e Internet mas, de fato, acabo tendo uns arroubos em áreas relacionadas. Hoje em dia é difícil encontrar algum tema que esteja “descolado” da Internet. Assim, sempre há como traçar paralelos entre o que encontramos hoje em dia e a revolução que a rede trouxe. Quero me concentrar também em Internet da Coisas e Inteligência Artificial por tudo o que elas trazem, tanto em termos de progresso e conforto, como em riscos de segurança e alterações do comportamento social. E, claro, ligando-as naturalmente à Internet.

---

<sup>1</sup> Lucia Santaella é pesquisadora IA do CNPq, professora titular da PUC-SP. Publicou 51 livros e organizou 24, além da publicação de mais de 400 artigos no Brasil e no exterior. Recebeu os prêmios Jabuti (2002, 2009, 2011 e 2014), o prêmio Sergio Motta (2005) e o prêmio Luiz Beltrão (2010). ORCID: [orcid.org/0000-0002-0681-6073](https://orcid.org/0000-0002-0681-6073). CV Lattes: [lattes.cnpq.br/7427854657719431](https://lattes.cnpq.br/7427854657719431). E-mail: [lbraga@pucsp.br](mailto:lbraga@pucsp.br).

*L.S.: Existe um certo consenso de que não pode haver outro meio de estancar a proliferação de fake news sem que haja leis que regulamentem o funcionamento das plataformas de redes sociais com rigor. Entretanto, isso não impede o risco de soluções pouco democráticas de projetos de lei que podem impor algum tipo de censura. Como você vê essa questão?*

**D.G.:** Concordo e tenho muito medo de legislação açodada, que cause mais danos que benefícios... Como “linha de apoio” para essa posição, sirvo-me do sétimo mandamento do decálogo do Comitê Gestor da Internet (CGI), que preconiza que os “responsáveis finais são os que devem ser encontrados”. Penso ser perigoso confiar esse poder de “controle” às plataformas, que poder já o tem, e em excesso... Notícias falsas sempre houve, mas a Internet potencializa tremendamente o fenômeno, ao oferecer facilidades aos geradores das falsidades e ao proporcionar a eles um vasto conjunto de “vítimas” facilmente encontráveis. O único caminho realmente promissor seria educar os receptores para que sempre lessem tudo o que recebem “com um grão de sal”, e com mentalidade crítica. Não é porque, de alguma forma automática e misteriosa, vêm ao nosso encontro matérias que defendem pontos de vista de que compartilhamos, que eles deveriam ser consideradas, a priori, verídicas...

*L.S.: Censura é sempre uma ameaça a ser expelida, especialmente, dizem os especialistas, em um país como o Brasil no qual o pensamento nacional sobre a liberdade de expressão encontra-se ainda pouco consolidado. Uma vez que você tem uma visão internacional sobre essa questão, como percebe a situação brasileira em um panorama geopolítico?*

**D.G.:** O Brasil tem uma imagem muito boa em temas técnicos da rede e em legislação. O modelo e o trabalho que o CGI faz, por exemplo, é citado amiúde como exemplo a ser seguido. O conjunto Marco Civil mais Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) mostra a maturidade que a Internet brasileira tem. Acho que “avanços” nessa área devem ser vistos com muita “prudência”. E exemplos de avanços atabalhoados que podem tolher a liberdade de expressão, mesmo entre nações muito avançadas e liberais, existem e em quantidade...

*L.S.: Mesmo que haja regulamentação adequada contra a proliferação aparentemente incontrolável dos discursos de ódio e das fake news nas redes sociais, como enfrentar soluções adaptadas à instantaneidade da era digital, sem cair no descompasso de meras transposições de técnicas de aplicação do Direito que eram próprias da era analógica?*

**D.G.:** Como disse, penso que nada deve ser combatido aprioristicamente. Medidas “a priori” normalmente caem no espectro da “censura”... Penso que os internautas devem gozar de total liberdade em escrever o que quiserem e, até devido a essa liberdade, serem responsabilizados pelos danos ou impropriedades que cometerem. A máxima liberdade vem junto com a máxima responsabilidade. Não devemos cair na tentação de, por uma pretensa classificação entre “verdadeiro” ou “falso”, suprimir a liberdade de expressão... Aliás, como Nietzsche teria dito, “as convicções, mais que as mentiras, são inimigas poderosas da verdade”.

*L.S.: A história humana está farta de exemplos de que nunca os fins podem justificar os meios. Sua coluna a respeito disso é exemplar, especialmente neste momento em que assistimos a uma verdadeira corrida pela regulamentação do uso das redes, inclusive impondo fronteiras apressadas ao desenvolvimento da Inteligência Artificial, muitas vezes sem conhecimento de causa. Diante disso, quais os caminhos para evitar os efeitos colaterais dessa corrida?*

**D.G.:** A angústia em resolver algo que nos aflige não justifica, por exemplo, inverter o axioma de que todos devem ser considerados inocentes até prova em contrário. Partir-se da hipótese de que “é melhor espionar o que todos fazem para prevenir malfeitos e riscos” é promulgar o vigilantismo, e isso deveria ser combatido. A LGPD pode ajudar nesse campo, espero...

*L.S.: Sua ideia de que a privacidade é contextual funciona como um achado diante do costumeiro tratamento da privacidade como um conceito redondo, fechado e, conseqüentemente, mal compreendido. As palavras circulam de boca em boca sem que as pessoas se deem ao trabalho de buscar fontes confiáveis para entender seus verdadeiros efeitos. Creio que a palavra privacidade está sendo vítima disso e precisa ser colocada em seu devido lugar. Gostaria de saber o que você pensa sobre isso.*

**D.G.:** O que penso é que estamos, de novo, num fenômeno pendular. Se víamos nossos dados, sentimentos e emoções serem devassados sob diferentes pretextos, com a LGPD o pêndulo pode ir ao outro extremo e virmos a perder transparências, que também são fundamentais. A arte aqui consiste em equilibrar nosso direito à privacidade com os direitos da comunidade em identificar seus interlocutores. A internet fornece exemplos que poderiam jogar luz nisso: quando alguém registra um domínio, cria potencialmente um local na rede de onde informação poderá ser disseminada. Ora, seria ruim que um “perfil falso” assumisse a identidade de alguém para, por exemplo, atacar terceiros. Por isso na rede, a par que sempre aceita o que o registrante declara, exibido a informação para que, em caso de alguém se sentir prejudicado, não possa o malfeito ser atribuído a outra vítima, essa que teria sido personificada. Assim a própria comunidade, de alguma forma, colabora para a correta responsabilização eventual. Em resumo, há que se equilibrar privacidade com responsabilidade e transparência.

*L.S.: É notório o avanço que o Marco Civil da Internet provocou. Como você vê esse marco no contexto dos desafios atuais das fake news e das deepfakes que estão vindo por aí?*

**D.G.:** Creio que o Marco Civil ainda é (e assim continuará a ser por um bom tempo) o melhor apoio que temos para lutar por uma rede sã. É a forma correta garantir os direitos de todos na rede, ao mesmo tempo em que se apontam caminhos que levem à responsabilização dos verdadeiros agentes que causam os problemas... É uma lei que levou mais de seis anos em debate público, até a sua homologação, e não deveria ser afetada por emendas *ad hoc* ou precipitadas...